

# Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro

## Habitação

Segregação, Desigualdade e Sustentabilidade Urbana

*Parceria: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)  
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).*

## HABITAÇÃO

### SEGREGAÇÃO, DESIGUALDADE E SUSTENTABILIDADE URBANA

#### 1. O Rio de Janeiro: a cidade metrópole

O Município do Rio de Janeiro não é apenas a capital do Estado, mas o centro de gravidade da metrópole fluminense, o que lhe confere particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Nele se concentram 54,5% da população da metrópole, 41,4% da população do Estado (IBGE, 1996), 75,9% do PIB da Região Metropolitana (FCIDE, 1998) e 42,6% do eleitorado do Estado (TRE/RJ, 2000). Esta concentração é muito maior do que o verificado na metrópole paulista, por exemplo, na qual a Cidade de São Paulo concentra 69% do PIB.

A Cidade do Rio de Janeiro é centro de um amplo espaço geográfico e urbanístico, fortemente integrado, que forma a região metropolitana. Esta característica tem raízes na história da sua formação. A expansão da metrópole fluminense teve origem nas proximidades do Morro do Castelo e Praça XV, junto ao primeiro porto da Cidade.

Dessa base, a cidade cresceu na direção de pequenas localidades, criadas a partir de outros pequenos portos situados na orla da Baía de Guanabara e nas margens de rios afluentes, cujas ligações eram feitas inicialmente apenas por meio de pequenas embarcações. Desses locais partiram também algumas das primeiras rotas de penetração para o interior.

Posteriormente, percursos por terra levariam às propriedades rurais, na maioria das vezes engenhos de açúcar. A abertura progressiva desses caminhos no rumo de outras províncias definiu eixos de penetração e propiciou o assentamento de localidades mais tarde atingidas por linhas de diligências, de bonde ou de trem.

As linhas de bonde tiveram, a partir de 1868, papel indutor da ocupação urbana de tipo residencial, facilitando a ocupação de áreas não servidas pelos ramais ferroviários. Os bondes garantiram assim a integração de grandes áreas urbanas, com bastante mobilidade, até sua extinção na década de 60 e substituição pelos ônibus.

A expansão dos subúrbios da Cidade do Rio vem como decorrência da entrada em operação do transporte de passageiros nos ramais ferroviários. Núcleos residenciais formaram-se em torno das estações. As ruas adjacentes às vias férreas tornaram-se longos eixos de acesso aos bairros, atingindo os

municípios vizinhos da Região Metropolitana. Criou-se uma estrutura urbana baseada em corredores rodoferroviários de disposição radiada, a partir dos centros do Rio de Janeiro e de Niterói.

A vasta rede ferroviária, que teve seu primeiro trecho inaugurado em 1858, não chegou a completar um século de vida no seu desenho original, do final do século XIX. Vários ramais foram desativados na segunda metade deste século, com a implantação da malha viária, que atenderia à prioridade dada à produção automobilística. Com a construção das rodovias de acesso ao Rio, em meados deste século, abrem-se novas opções de acesso rápido aos bairros e centros comerciais mais distantes.

A dinâmica demográfica da metrópole do Rio de Janeiro, nos últimos 20 anos, combina tendências clássicas das grandes cidades dos países de pouco desenvolvimento com outras que marcam importantes metrópoles de países ricos. Enquanto algumas áreas da periferia metropolitana crescem fortemente, bairros das áreas centrais e suburbanas da Cidade do Rio de Janeiro perdem população. O processo de redistribuição da população na metrópole caminha do núcleo para a periferia. Os principais vetores de crescimento da metrópole estão ilustrados no Mapa 01<sup>1</sup>.

#### **Mapa 01 - Vetores de crescimento da Metrópole do Rio de Janeiro**

A taxa anual de crescimento populacional do conjunto metropolitano é a menor entre as metrópoles brasileiras: caiu de 2,4% na década de 70 para 1% na década de 80 e para 0,8% na primeira metade da década de 90.

O Município do Rio vem perdendo posição relativa na Região Metropolitana, embora o ritmo da perda tenha se reduzido na primeira metade da década de 90. Contudo, as áreas mais distantes do núcleo metropolitano apresentam tendências de expansão, destacando-se Guapimirim e Maricá (taxas médias geométricas anuais maiores que 3%, entre 1991 e 1996), e Itaboraí, que cresceu a mais de 3% a.a. na década passada, tendo reduzido seu ritmo na década de 90.

As grandes tendências socio-demográficas serão analisadas a seguir, tomando como referência as áreas de desagregação da metrópole<sup>2</sup>, conforme Tabela 01 e Mapa 02, a seguir:

---

<sup>1</sup> Uma atualização do estudo realizado pela FUNDREM sobre a expansão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM, 1984).

<sup>2</sup> Estas são as áreas de desagregação dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNAD's.

**Tabela 01 - Áreas da Metrópole do Rio de Janeiro**

	<b>Áreas da metrópole</b>	<b>Descrição das áreas (Regiões Administrativas/Municípios)</b>
<b>Município do Rio de Janeiro</b>	Zona Sul - Barra da Tijuca	Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca e Rocinha.
	Zona Norte - Centro	Centro, Rio Comprido, Tijuca, Vila Isabel, Méier e Santa Teresa.
	Subúrbio próximo	Portuária, São Cristóvão, Ramos, Inhaúma, Ilha do Governador, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré.
	Subúrbio distante	Penha, Irajá, Anchieta e Pavuna.
	Madureira - Jacarepaguá	Madureira e Jacarepaguá
	Zona Oeste	Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.
<b>Municípios da RMRJ</b>	Periferia Metropolitana I	Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim
	Periferia Metropolitana II	Niterói e Maricá
	Periferia Metropolitana III	São Gonçalo, Itaboraí e Tanguá
	Periferia Metropolitana IV	Belford Roxo, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba

**Mapa 02 - Áreas da Metrópole do Rio de Janeiro**

Na área que compreende os eixos da Zona Sul - Barra da Tijuca e Zona Norte - Centro encontram-se 30% da população do Município do Rio de Janeiro. Verifica-se tendência geral de perda populacional e decréscimo no número total de domicílios nas Regiões Administrativas (RA's) da Zona Sul, do Centro e adjacências, contrastando com o crescimento acelerado na RA da Barra da Tijuca, enquanto a RA de Botafogo apresenta taxas positivas, embora pequenas.

Outros 30% estão concentrados nas áreas suburbanas, enquanto nas áreas da Zona Oeste e Madureira - Jacarepaguá encontram-se 25% e 15% da população, respectivamente. As áreas do subúrbio próximo e subúrbio distante têm comportamento similar às áreas centrais da cidade, reduzindo suas taxas de crescimento nos anos 90, o que demonstra tratar-se de uma área consolidada, mas que vem perdendo população.

Já a Zona Oeste e as RA's de Jacarepaguá e Barra da Tijuca revelam-se claramente como as principais frentes de expansão do município, com elevados índices de crescimento, como no caso da Barra da Tijuca, que se aproxima de 8% a.a., desde 1980. Esses dados confirmam, em linhas gerais, a tendência de estagnação demográfica ou evasão populacional nas áreas mais centrais e a emergência de pólos dinâmicos da expansão urbana na região oeste do município.

É necessário ressaltar que o crescimento domiciliar supera, sistematicamente, a expansão demográfica, principalmente na Zona Sul, Zona Norte - Centro e áreas de subúrbio. Essa disparidade revela mudanças no padrão de ocupação das moradias, com redução substancial nos índices de moradores por domicílio em quase todas as RA's.

Os municípios da periferia metropolitana que mais cresceram sua posição relativa foram Duque de Caxias e São Gonçalo, na Baixada Fluminense, e Itaboraí. Alguns municípios, apesar de apresentaram taxas elevadas de crescimento, como Maricá e Guapimirim, ainda têm pouco peso relativo na composição da população metropolitana. A redistribuição da população entre núcleo e periferia metropolitana tem como causa a mobilidade residencial ocasionada, sobretudo, em razão das desigualdades socioespaciais e a sua expressão em um mercado imobiliário altamente concentrado na área litorânea e seu entorno.

## **2. A estrutura socioespacial da metrópole fluminense**

A metrópole fluminense está organizada segundo as distâncias sociais presentes na estrutura produtiva e no mercado de trabalho. O espaço é estruturado de acordo com esta hierarquia, que expressa a forte relação entre estrutura social e divisão espacial. As distâncias estão sintetizadas em 8 tipos socioespaciais, cuja geografia está expressa no Mapa 03.

Essa classificação, que enfoca a Região Metropolitana nos anos de 1980 e 1991, foi realizada a partir do exame das diferenças do perfil ocupacional da população. Os perfis, criados a partir da combinação de uma série de variáveis (ocupação, posição na ocupação, setor de atividades, renda e escolaridade), originaram 8 categorias (ocupações agrícolas, elite dirigente, pequena burguesia, profissionais de nível superior, trabalhadores não-manuais de nível médio, trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores manuais da indústria e serviços e trabalhadores da sobrevivência), detalhadas no final do capítulo.

### **Mapa 03 - Estrutura socioespacial na Metrópole do Rio de Janeiro (1991)**

A geografia social da metrópole fluminense é bastante clássica. O núcleo é formado pelas zonas litorâneas do Município do Rio de Janeiro e de Niterói, onde estão concentrados os segmentos superiores da estrutura social. Nestas áreas, estão concentrados equipamentos e serviços urbanos em quantidade e qualidade. Quem vive nessas zonas litorâneas pode desfrutar de qualidade de vida bem superior ao verificado no restante da metrópole, distante das amenidades naturais da praia e das áreas verdes.

A partir deste centro, forma-se um gradiente de distâncias sociais até as periferias da Cidade do Rio de Janeiro e da metrópole fluminense. Duas situações, contudo, rompem com esta lógica socio-

territorial. A primeira é a presença de espaços médio-superiores e médios na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e em alguns municípios da região da Baixada Fluminense, que revela tendências à diversificação social de parte da periferia.

A segunda situação tem a ver com a presença das favelas – espaços do tipo popular e operário – nas áreas superiores, traço característico do modelo de segregação urbana vigente na Cidade do Rio de Janeiro, que combina distância social com proximidade física.

A segregação urbana na metrópole é caracterizada pela concentração espacial das camadas superiores (composta por empregadores, altos dirigentes dos setores público e privado, profissionais liberais e profissionais autônomos e assalariados de nível superior) nos dois tipos de espaços que ocupam as posições mais elevadas da hierarquia socioespacial, representados no mapa pelas áreas com tons de azul mais escuro.

Nos espaços superiores encontramos 60,8% dos empresários, 67,5% dos dirigentes do setor privado, 80,3% dos dirigentes do setor público e 76,1% dos profissionais liberais, muito embora o conjunto da elite dirigente represente apenas 5,8% da população ocupada. O peso da elite dirigente está expresso pela densidade relativa alcançada: 5 a 7 vezes superior ao verificado no conjunto da estrutura social da região metropolitana. A elite intelectual tem também importante presença nos espaços superiores, pois 43,7% dos profissionais autônomos de nível superior e 38,6% dos profissionais assalariados de nível superior estão neles concentrados, o que representa uma densidade relativa 4,1 a 3,6 vezes superior ao peso destas categorias na estrutura social do Rio de Janeiro.

Nas áreas do tipo superior e médio-superior também estão presentes representantes das categorias intermediárias e inferiores. Os pequenos empregadores e as frações superiores da classe média (ocupações não-manuais de nível médio), conjuntamente representam 55,3% dos ocupados (em algum tipo de trabalho) que moram nos espaços superiores, enquanto que as categorias populares representam 28,9%, dos quais 10,3% são empregados domésticos cuja presença decorre essencialmente de relações de trabalho e não de vizinhança, e 13,4% compõem o proletariado terciário (empregados do comércio e prestadores de serviços). Ou seja: cerca de 18% dos ocupados que moram nos espaços superiores são aqueles que atendem à demanda de serviços pessoais das elites e de parte da classe média.

Os espaços médio-superiores têm composição social próxima à do tipo superior, porém com maior grau de mistura social. Nele é menor o peso das elites econômica e intelectual e dos pequenos empregadores, que representam 37% dos ocupados. A classe média, por sua vez, representa 39% dos ocupados, sendo que cresce a presença das frações menos qualificadas dos empregados de escritório, segurança, justiça e correios e dos empregados da saúde e da educação. Aumenta, nos espaços médio-

superiores, a presença das categorias populares (36,6%), em razão do maior peso das frações operárias e dos empregados do comércio.

Os dois tipos de espaços médios agrupam cerca de 30% das áreas e 35% da população do Rio de Janeiro. Eles estão razoavelmente distribuídos pelo território da metrópole, funcionando como intermediários entre as duas pontas da estrutura socioespacial. Nos espaços médios cai muito fortemente a presença das camadas superiores, permanece inalterado o peso da classe média e cresce o grau de mistura social pelo aumento do proletariado terciário e do operariado.

Nos espaços médio-inferiores o conjunto das categorias operárias e sub-proletárias estão sobre-representados, com destaque para os operários da indústria moderna e os dos serviços auxiliares da economia. Há diminuição da classe média em relação ao tipo médio, mas que continua representando cerca de 1/3 dos ocupados que moram nestes espaços.

Os espaços tipicamente operários estão localizados na periferia metropolitana (Baixada Fluminense, Paracambi e São Gonçalo), e na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Neles, cai significativamente a densidade relativa da classe média, que passa estar sub-representada, com exceção dos empregados da segurança, justiça e correios. O operariado representa um pouco menos que 1/3 dos ocupados, sendo que o proletariado propriamente industrial (indústria moderna, indústria tradicional e serviços auxiliares da economia) representa 17,5%.

As favelas da Cidade do Rio de Janeiro, na Zona Suburbana e Zona Oeste, constituem os espaços popular-operários, nos quais é encontrada uma composição semelhante aos do tipo operário, mas com menor presença da classe média e aumento da presença dos operários da construção civil (12,5%) e dos empregados domésticos (12,2%).

As favelas mais centrais da Cidade do Rio de Janeiro, localizadas na Zona Sul e na Tijuca, e as favelas de Niterói, formam o tipo popular. Sua principal característica é baixa presença do operariado industrial e a importância do sub-proletariado (empregadas domésticas, biscateiros e ambulantes) e do proletariado terciário (prestadores de serviços e empregados do comércio) que representam 55% dos ocupados que moram nos espaços populares.

Os espaços popular-periféricos diferenciam-se dos demais tipos populares principalmente pela participação da categoria agrícola (6,2%), percentual 5,5 vezes superior ao peso da categoria na estrutura social da metrópole. Também estão sobre-representados os operários da construção civil, os biscateiros e os empregados domésticos. É o tipo com a menor participação das ocupações intermediárias.

### 3. Evolução da estrutura socioespacial

Como essa estrutura evoluiu entre 1980 e 1991? Será que as distâncias entre classes e grupos sociais têm aumentado, confirmando a imagem do Rio de Janeiro como “cidade partida”? A leitura da Tabela 02 revela que a estrutura socioespacial não sofreu essa polarização.

Ocorreu, ao contrário, importante crescimento da população residente em espaços do tipo médio-superior, que passa de 7,0% em 1980 para 11,9% em 1991, como consequência do aumento do número de unidades espaciais classificadas neste tipo. Observa-se também o aumento do peso dos espaços médios na estrutura metropolitana, pois crescem em número de unidade e de população.

Este fato indica a inexistência de um processo de dualização da metrópole fluminense, já que tal tendência implicaria necessariamente na diminuição do peso dos espaços médios. Os tipos operários decrescem em importância, refletindo os impactos da desindustrialização da região metropolitana, enquanto que nos espaços populares diminuiu o número de unidades espaciais (de 39,3% para 36,5%) e manteve-se constante o contingente populacional durante a década.

Por outro lado, os espaços superiores representam uma parcela importante das unidades espaciais e da população total da região metropolitana e aumentam entre 1980 e 1991 (de 15% para 17,8% e de 17,8% para 21,1%, respectivamente). Nota-se, contudo, a diminuição da população moradora no espaço mais superior da hierarquia social, o que está em consonância com as tendências de mobilidade residencial descritas anteriormente.

Tabela 02 - Descrição dos tipos socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro

Tipos	Número de áreas (%)		População total (%)		População ocupada (%)	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Superior	9,1%	9,1%	10,8%	9,2%	11,3%	10,1%
Médio-superior	6,4%	10,5%	7,0%	11,9%	7,2%	12,2%
Médio	14,2%	12,3%	18,0%	12,5%	18,8%	12,4%
Médio-inferior	13,7%	19,2%	15,7%	22,2%	16,0%	21,6%
Operário	17,4%	12,3%	16,3%	10,5%	16,1%	10,1%
Popular-operário	29,2%	25,6%	21,8%	22,8%	20,6%	22,5%
Popular	3,7%	4,1%	3,6%	3,6%	3,5%	3,8%
Popular-periférico	6,4%	6,8%	6,9%	7,3%	6,5%	7,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991 - FIBGE. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.



Comparando as estruturas socioespaciais de 1980 e de 1991 verificamos que a evolução tem sido marcada pela permanência, isto é, observamos poucas mudanças na sua composição. Apenas 10 áreas apresentaram mobilidade descendente, mudando para tipos inferiores entre 1980 e 1991, enquanto que 153 mantiveram-se nos mesmos tipos e 66 movimentaram-se para tipos de *status* social superior. Entre aquelas que se deslocaram nas hierarquias, mudaram para tipos imediatamente inferiores ou superiores, chamando atenção as quatro áreas popular-operárias que se transformaram em popular-periféricas, caracterizando um claro processo de perda de *status*.

É interessante notar que, dos 19 espaços que compreendem as favelas, apenas 3 tiveram mobilidade descendente, para tipos imediatamente inferiores, sendo que 2 do tipo operário tornaram-se popular-operário. Apenas um espaço deixou de ser popular-operário e passou à condição de popular. Tal resultado contraria integralmente a imagem da favela em processo de *guetificação*, uma vez que suas estruturas sociais mantêm-se inalteradas.

**Tabela 03 - Distribuição das áreas, segundo a tipologia socioespacial na Metrôpole do Rio de Janeiro (1980/1991)**

Tipologia 1991	Tipologia 1980								Total
	Superior	Médio-superior	Médio	Médio-inferior	Operário	Popular-operário	Popular	Popular-periférico	
Superior	18								20
Médio-superior	2	12							23
Médio		1	20						27
inferior			4	22					42
Operário					20				27
Popular-operário					2	52			56
Popular						2	7		9
Popular-periférico						4		11	15
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>38</b>	<b>64</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>219</b>

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991 - FIBGE. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

O movimento geral da estrutura socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro é marcado por dois movimentos. Por um lado, na escala macro, observa-se claramente uma tendência à diminuição das grandes distâncias sociais que separavam as áreas periféricas do conjunto metropolitano. Elas tornam-se mais diversificadas em razão da maior presença de categorias médias e mesmo superiores, o que tem elevado o *status* destas áreas na hierarquia socioespacial. Isto quer dizer que o perfil da estrutura social de alguns bairros de Zona Oeste e de municípios da Baixada Fluminense se aproxima do perfil das áreas superiores da Cidade do Rio de Janeiro. Este resultado significa que diminuiu o grau de segregação urbana, quando examinamos a evolução do conjunto da metrópole.

O segundo movimento, porém, indica que, na micro-escala, aumenta a distância das áreas superiores em relação ao conjunto da metrópole, especialmente quando avaliamos comparativamente as transformações da estrutura social dos bairros da zona sul, da Barra da Tijuca e parte da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, frente ao das outras áreas.

Ou seja: o processo de esvaziamento demográfico, assinalado no primeiro item deste capítulo, corresponde à saída de pessoas que exercem ocupações inferiores, ao mesmo tempo em que, há a entrada (em menor número) de pessoas pertencentes a categorias ocupacionais superiores. Há, portanto, forte tendência à diminuição da mistura social destas áreas, que são exatamente aquelas em que estão concentrados os recursos urbanos.

A consequência deste movimento é o crescimento das desigualdades sociais pelo aumento da renda real apropriada pelas categorias superiores, em detrimento das inferiores. A mais nítida expressão deste fato – mas não única – é a valorização patrimonial dos imóveis destas áreas, resultante do processo de renovação social realizada pelo mercado imobiliário.

O Mapa 04 traduz graficamente as tendências de evolução da estrutura socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

#### **Mapa 04 - Evolução da estrutura socioespacial na Metrópole do Rio de Janeiro (1980/1991)**

O tipo **elitização forte** sintetiza o padrão de mobilidade socioespacial ascendente, pelo aumento das categorias superiores e médias e diminuição absoluta e relativa de algumas categorias inferiores, como empregadas domésticas, prestadores de serviços, biscateiros, ambulantes, etc. A leitura da Tabela 04 permite-nos compreender que este padrão de evolução traduz o movimento de reforço das 28 áreas que ocupavam as duas primeiras posições hierárquicas da estrutura socioespacial e a tendência à elitização de duas áreas médias.

Por outro lado, destaca-se o intenso processo de transformação social de uma área popular-periférica, caracterizando um típico caso de conquista de um espaço popular da periferia metropolitana pelas classes superiores, em uma espécie de *gentrification à la brasileira* organizada pelo grande capital incorporador. Trata-se de parte do bairro de Itaipu, no Município de Niterói, onde uma vasta área de praia foi loteada por uma única empresa de incorporação.

**Tabela 04 - Distribuição das áreas, segundo a tipologia de evolução (1980/1991) na MetrÓpole do Rio de Janeiro**

tipologia de evolução 1980/1991	Tipologia 1980								Total
	Superior	Mélio- superior	Mélio	Mélio- inferior	Operário	Popular- operário	Popular	Popular- periférico	
elitização forte	20	8	1	1				1	31
elitização moderada		5	23	9	2				39
terceirização superior		1	7	15	23	11	3	2	62
terceirização inferior				5	13	53	5	11	87
total	20	14	31	30	38	64	8	14	219

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 1991 - FIBGE. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

O tipo **elitização moderada** se diferencia do anterior pelo fato do menor grau de concentração das categorias superiores e maior tendência à mistura social, em razão do aumento do peso dos prestadores de serviços. Trata-se de um tipo concernente à evolução dos tipos médios em 1980. Chama a atenção a presença neste tipo de duas unidades espaciais que em 1980 eram operárias, o que expressa processos de renovação social de áreas populares pela mobilidade espacial, em sua direção, de pessoas com *status* social mais elevado (categorias de profissionais de nível superior), ao mesmo tempo em que ocorreu a elevação do *status* social dos antigos residentes. Estas duas áreas estão localizadas na periferia consolidada da região metropolitana (centro do atual Município de Queimados e o bairro de Boa Vista, no Município de São Gonçalo), indicando um processo de diferenciação social da periferia.

O tipo **terceirização superior** reúne grande quantidade de áreas (62 áreas ao total) pertencentes a vários tipos em 1980. Este tipo tem como característica o aumento do peso das categorias médias qualificadas (empregados de supervisão, técnicos e artísticos, empregados da saúde e da educação) e dos prestadores de serviços especializados.

O tipo **terceirização inferior** expressa a forte diminuição do contingente de operários em vários espaços e não apenas no de tipo operário, combinado ao aumento relativo e absoluto das categorias do terciário inferior (empregados do comércio, dos prestadores de serviços não-qualificados,

e do subproletariado), das categorias de profissionais de nível superior, da pequena burguesia e das ocupações médias de rotina e menos qualificadas, ao mesmo tempo com a diminuição forte das ocupações agrícolas.

Este padrão expressa quatro movimentos. Em primeiro lugar, a diminuição da distância social entre os espaços mais periféricos em relação aos mais centrais, caracterizando a tendência à “desperiferização” do espaço metropolitano. O segundo movimento é o do reforço dos espaços populares, nele estando presentes as favelas classificadas em 1980 como do tipo operário-popular e como populares, o que significa dizer que estas áreas não tiveram perda de *status* durante a década anterior.

O terceiro corresponde à tendência de aproximação dos espaços operários aos espaços médio-inferiores, pelo aumento dos profissionais de nível superior, da pequena burguesia e das camadas médias pouco qualificadas. O quarto é o reforço do caráter médio-inferior de 5 unidades espaciais pelo crescimento relativo e absoluto das categorias inferiores, sem, contudo, diminuir as categorias médias.

#### **4. O modelo carioca de segregação urbana**

A análise da ocupação dos espaços exclusivamente no município do Rio de Janeiro mostra que nas áreas superiores da cidade ocorre forte tendência de diminuição da mistura social e, conseqüentemente, do aumento do peso das categorias superiores. Mesmo assim, os extensos e numerosos núcleos de moradias populares distribuídos nessas áreas estão longe de apresentarem sinais de desaparecimento – muito pelo contrário.

As singularidades históricas da formação social e urbana da Cidade do Rio de Janeiro criam o que podemos chamar de modelo carioca de segregação. O seu principal traço é a combinação entre distância social, expressa pelas gritantes diferenças da estrutura social e das condições urbanas, e a forte proximidade territorial entre as favelas e os bairros que formam as áreas superiores da cidade.

Como citado anteriormente, aqueles que pertencem às categorias superiores da estrutura social da cidade residem na Zona Sul, na Barra da Tijuca e em bairros da Zona Norte. Não se trata apenas dos mais privilegiados da sociedade carioca em termos econômicos. Estas categorias são também as que detêm o capital cultural e o capital social - portando o poder simbólico e social.

A média de escolaridade nas áreas superiores é de 9,7 anos, enquanto que no conjunto da metrópole é 5,7 e nas favelas da cidade de 4,1; 87% dos moradores são brancos, quando na cidade os brancos representam 54%, e nas favelas, apenas 36%; o morador da favela ganha em média apenas 13% do que ganha o morador das áreas superiores. Oitenta e sete por cento vivem em moradias com

densidade normal (até duas pessoas por dormitório), quando na favela esse percentual é de apenas 37,5%.

#### 4.1 – As Favelas Cariocas

Os contrastes sociais e urbanísticos decorrentes do modelo de segregação têm e tiveram impactos nas formas pelas quais a sociedade do Rio de Janeiro percebe seus dilemas históricos. A “questão das favelas” é o principal tema debatido pelos habitantes do Rio de Janeiro, ao tentar desvendar os enigmas da sua coesão social e superar os riscos de fratura da sociedade.

Os programas de remoção dos anos 60 e 70 tiveram como base a simples eliminação das áreas ricas desta co-presença, através da ocultação territorial da pobreza nas distantes periferias metropolitanas. Recentemente, em razão da existência de um clima de pânico social desencadeado por eventos de violência na cidade, a solução da ocultação voltou a ser defendida por alguns.

De maneira geral, porém, o modelo de segregação carioca tem funcionado não apenas para a sociedade do Rio, mas também para brasileira, como uma espécie de laboratório de produção cotidiana de compaixão e simpatia e, em alguns casos, de solidariedade social. Os mundos sociais do “asfalto” e do “morro” se olham, se reconhecem com suas distâncias, diferenças e semelhanças e, por vezes, se opõem. Mas convivem entre si, os dois obrigados a partilharem a mesma área da cidade e o mesmo espaço cultural.

Esta particularidade do modelo de segregação diferencia a sociabilidade do Rio de Janeiro em relação a outras cidades, nas quais a pobreza foi totalmente isolada, territorial e simbolicamente. É o que se verifica, por exemplo, em Buenos Aires, Santiago do Chile, Chicago e outras tantas cidades onde as camadas pobres foram insuladas, formando-se mundos sociais e culturais diferentes, com baixo grau de conexão. Este não é caso do Rio de Janeiro. Ainda.

O modelo carioca de segregação também permite aos moradores das favelas a acessibilidade aos recursos urbanos concentrados nas áreas superiores da cidade. Esta proximidade física facilita o acesso a fontes de emprego e renda, o que também representa uma outra frente de sociabilidade entre o “morro” e o “asfalto”.

Por estes motivos, parece-nos fundamental avaliar o que tem sucedido com as favelas na cidade do Rio de Janeiro no período recente da história. Os dados censitários de 1950 a 1991 mostram que a taxa de crescimento anual da população residente em favela no município do Rio de Janeiro começou a decrescer na década de 60, sofrendo uma queda brusca na década de 70. Tal queda se deve a três fatores.

Em primeiro lugar, a diminuição do ritmo de crescimento populacional não foi relativa apenas aos residentes em favelas, mas à população carioca como um todo. No período de 1950 a 1960 a população cresceu cerca de 3% ao ano, e os residentes em favela, 7%. Na década de 70 esses percentuais caíram para 1,8% e 2,5%, respectivamente. Nesse período o movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro começava a perder o ímpeto verificado nos anos 40 e 50, e a capital, principal área de atração desses fluxos, sofreu os impactos dessa mudança.

Nota-se, entretanto, que a proporção de pessoas residentes em favelas, em relação ao total da população, continuou crescendo, até mesmo no período de 1970 a 1980, quando a taxa de crescimento dos primeiros alcançou seu menor valor. Em outras palavras, o ritmo de crescimento da população residente em favelas manteve-se bem acima do dos demais moradores.

**Tabela 05 - Crescimento da população total e residente em favela no Município do Rio de Janeiro (1950/1991)**

Ano	População total	População residente em favela	Crescimento da população total (% a.a.)	Crescimento da população residente em favela (% a.a.)	População residente em favela / População total
1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13%
1960	3.300.431	335.063	3,34%	7,06%	10,15%
1970	4.251.918	565.135	2,57%	5,37%	13,29%
1980	5.090.723	722.424	1,82%	2,49%	14,19%
1991	5.480.768	962.793	0,67%	2,65%	17,57%

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE; IPLANRIO, 1991. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

O segundo fator relacionado à queda da taxa de crescimento da população moradora em favela entre as décadas de 60 e 70 foi a “abertura” da periferia metropolitana aos trabalhadores pobres, através da produção extensiva de lotes urbanos, iniciada na década de 50 e expandida até os anos 70. Nesse período, o loteamento periférico, com baixos investimentos em infra-estrutura e venda à prestação, tornou-se o principal meio de acesso dos pobres à casa própria. Houve um redirecionamento dos fluxos migratórios inter e intra-regionais para essas novas áreas, especialmente os oriundos do próprio município do Rio de Janeiro, o que gerou a diminuição do número de migrantes na capital.

Por último, cabe mencionar os impactos da política de remoção de favelas nas décadas de 60 e 70. Estima-se que 175.800 pessoas tenham sido removidas até 1968, mas foi a partir deste ano, até 1973, que o programa foi mais sistemático e intenso. Vale mencionar o caráter seletivo de tal política, na medida em que 70% dos domicílios removidos localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier. O

resultado foi a perda de representatividade das favelas da Zona Sul: se em 1950, 25,4% da população residente em favela estava na Zona Sul, em 1970 apenas 9,6% destes ainda residiam na área.

Esse conjunto de fatores alimentou nos anos 70 a idéia de que as favelas desapareceriam do cenário urbano carioca. Entretanto, nos anos recentes assistimos à retomada do crescimento, tanto pela densificação das antigas quanto pelo surgimento de novas.

Por que as favelas voltam a crescer na cidade do Rio de Janeiro, exatamente no momento em que ocorre uma forte queda do crescimento demográfico da cidade?

Em primeiro lugar, em razão da mudança da dinâmica do crescimento metropolitano do Rio de Janeiro. O crescimento na direção das periferias, que gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais entra em colapso, entre outras razões, pelo encarecimento da terra e pela perda da capacidade de endividamento dos trabalhadores em geral, atingindo aqueles com menor qualificação e sem proteção das leis trabalhistas.

Além disso, a partir de 1982, os poderes públicos locais (governo estadual e municipal) adotaram políticas de reconhecimento das favelas e dos loteamentos irregulares e clandestinos como solução dos problemas de moradia das camadas populares. Ao proporem a legalização da posse da terra e a urbanização das favelas, estas políticas reduziram as incertezas quanto à manutenção dos moradores em suas ocupações e criaram expectativas de melhorias das condições de vida. O resultado disso foi a redução das barreiras para novas ocupações.

**Tabela 06 - População residente em favela e fora da favela no Município do Rio de Janeiro (1991/1996)**

Grandes Zonas	Crescimento absoluto		Crescimento anual		% Pop. fav./ Pop. total 1991	% Pop. fav./ Pop. total 1996
	Favela*	Não favela	Favela*	Não favela		
Centro / Zona Sul	16.110	-27.035	2,4%	-0,8%	14,9%	17,0%
Barra da Tijuca / Jacarepaguá	13.523	29.364	3,9%	1,6%	15,0%	16,6%
Zona Norte	-2.636	-23.123	-1,1%	-1,4%	12,6%	12,7%
Subúrbio	21.367	-57.672	0,8%	-0,6%	20,6%	21,8%
Zona Oeste	22.725	79.308	3,4%	1,3%	9,6%	10,5%
<b>Total Município</b>	<b>71.089</b>	<b>842</b>	<b>1,6%</b>	<b>0,0%</b>	<b>16,1%</b>	<b>17,2%</b>

Fonte: Contagem Populacional de 1996 - FIBGE. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

\* Os dados referem-se à população moradora em aglomerados subnormais.

No período entre 1991 e 1996, o ritmo de crescimento da população moradora em favela diminuiu (1,6% a.a.), mas manteve-se bem acima ao da população da cidade. Em consequência, elevou-

se a proporção da população moradora em favela em relação ao conjunto da população da cidade, que passa de 16,1% para 17,2% .

As duas zonas de expansão do município – o eixo elitizado da Barra da Tijuca / Jacarepaguá e o eixo popular da Zona Oeste – apresentaram as maiores taxas de crescimento da população em favelas (3,9% e 3,4% a.a., respectivamente), acompanhando o crescimento demográfico das áreas (1,6% e 1,3% a.a.). Nas três zonas consolidadas, onde se verifica o decréscimo da população, destaca-se a Zona Sul com uma taxa de crescimento dos residentes em favelas de 2,4% a.a., aumentando de 14,9% em 1991 para 17% em 1996 o peso desses residentes em relação à população total da área. A Zona Norte da cidade foi a única região que apresentou perda absoluta de população residindo em favela.

Tendo em vista as tendências de segregação já expostas, o crescimento das favelas na Zona Sul da cidade e no eixo Barra da Tijuca / Jacarepaguá aponta para a constituição de um espaço com forte polarização social, com a expansão da presença no mesmo território de categorias sociais que ocupam posições opostas na estratificação social. A Tabela 07 nos permite identificar esta polarização, sobretudo se levarmos em consideração a forte correlação existente na sociedade brasileira entre escolaridade, posição e renda.

**Tabela 07 - Diferenciais de escolaridade entre população residente em favela e população total no Município do Rio de Janeiro (1996)**

Grandes Zonas	Anos de estudo				
	Sem instrução	1 a 4	5 a 8	9 a 11	mais de 12
Centro/Zona Sul – Favela	33,7	40,1%	16,9%	8,0%	1,3%
Centro/Zona Sul – Não-favela	7,2	14,4%	11,4%	28,0%	38,9%
Barra/Jacarepaguá – Favela	36,6	38,4%	15,4%	9,0%	0,7%
Barra/Jacarepaguá – Não-favela	12,0	20,3%	13,4%	27,1%	27,2%
Zona Norte – Favela	35,6	39,9%	16,2%	7,6%	0,7%
Zona Norte – Não-favela	5,3	13,7%	11,1%	30,4%	39,5%
Subúrbio – Favela	33,8	40,4%	16,6%	8,7%	0,6%
Subúrbio – Não-favela	11,2	27,0%	19,0%	29,8%	13,0%
Zona Oeste – Favela	31,6	41,8%	16,6%	9,3%	0,7%
Zona Oeste – Não-favela	18,0	34,0%	20,9%	21,8%	5,2%
Total RJ – Favela	33,8	40,4%	16,5%	8,6%	0,7%
Total RJ – Não-favela	11,8	25,0%	17,1%	27,4%	18,7%

Fonte: Contagem Populacional de 1996 - FIBGE. Tabulação especial: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

A expansão das favelas nos anos 90 pouco tem a ver com o crescimento demográfico da população. A migração diminuiu ainda mais entre 1991 e 1996, assim como também a taxa de fertilidade da população. Na Zona Oeste da cidade, por exemplo, região que apresentou o maior



incremento absoluto de população moradora em favela (em torno de 22 mil pessoas), apenas 2600 pessoas morando em favelas eram migrantes da década de 90.

As favelas crescem na cidade por duas razões, relacionadas aos mercados de trabalho e imobiliário. Com a renda instável, amplos segmentos da população têm dificuldades para repetir o padrão de crescimento baseado no loteamento periférico e na auto - produção da casa. Além disso, as regiões periféricas, onde ainda existem possibilidades de expansão, situam-se em áreas longínquas da periferia metropolitana, na direção dos eixos de Itaboraí, Itaguaí e Magé. Com a forte concentração dos empregos na cidade do Rio de Janeiro, especialmente nas suas zonas centrais, a busca da casa própria na periferia implica pesados custos de deslocamento, em razão da distância e da conhecida precariedade do sistema de transportes público metropolitano.

Isso recai principalmente sobre as frações dos trabalhadores em situação de informalidade, que não usufruem de benefícios como o vale-transporte. Não é por acaso, portanto, que há nas favelas mais centrais considerável presença dos trabalhadores do proletariado terciário (prestadores de serviços pouco especializados) e do sub-proletariado (biscateiros, empregadas domésticas, etc.). Assim sendo, a presença física das favelas nos espaços de tipo superior da cidade, não obstante a distância social, permite a estes trabalhadores, especialmente os que moram nas favelas da Zona Sul, a inserção no mercado de trabalho.

O segundo motivo do crescimento das favelas está relacionado com os limites à oferta de moradias impostos pelo mercado imobiliário, e com a falência da política habitacional. Criado em 1964 e extinto em 1986, o Sistema Financeiro da Habitação não foi até hoje substituído.

## **5. Habitação e estrutura urbana**

A distribuição dos grupos e classes sociais no espaço resulta, em grande parte, da ação do mercado imobiliário. O preço das moradias, frente à estrutura da distribuição da renda, atua como mecanismo seletivo ao acesso às diversas áreas da cidade. A formação destes preços, porém, é fortemente determinado pela oferta de créditos. Sem um sistema especializado no financiamento imobiliário, somente aqueles com capacidade de autofinanciamento conseguem ter acesso à moradia própria via mercado. Neste caso, a moradia tende a ter elevado preço, o que obriga grande parte da população, que vive de salários, a buscar outras formas de provisão das suas necessidades habitacionais.

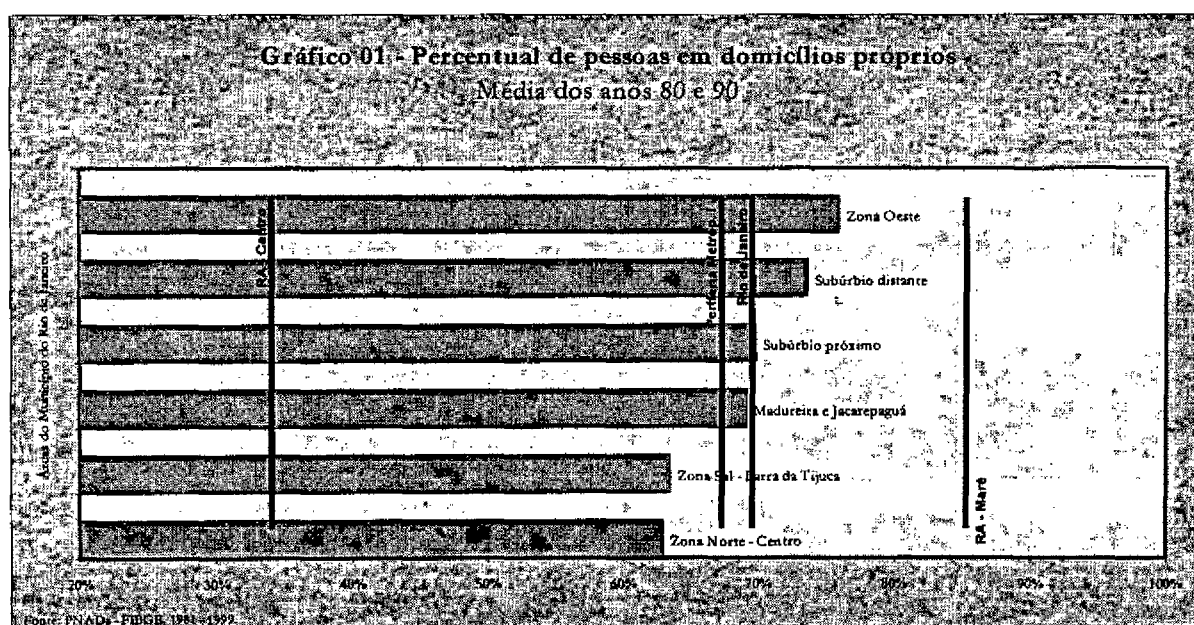
A ampliação do mercado habitacional também depende da oferta de solo urbano, isto é da terra conectada ao sistema de equipamentos e serviços necessários à vida urbana. Em muitas cidades pode haver abundância de terra, mas escassez de solo urbano, se nelas prevalecerem extremas desigualdades na distribuição espacial dos equipamentos e serviços urbanos. O mercado de moradia

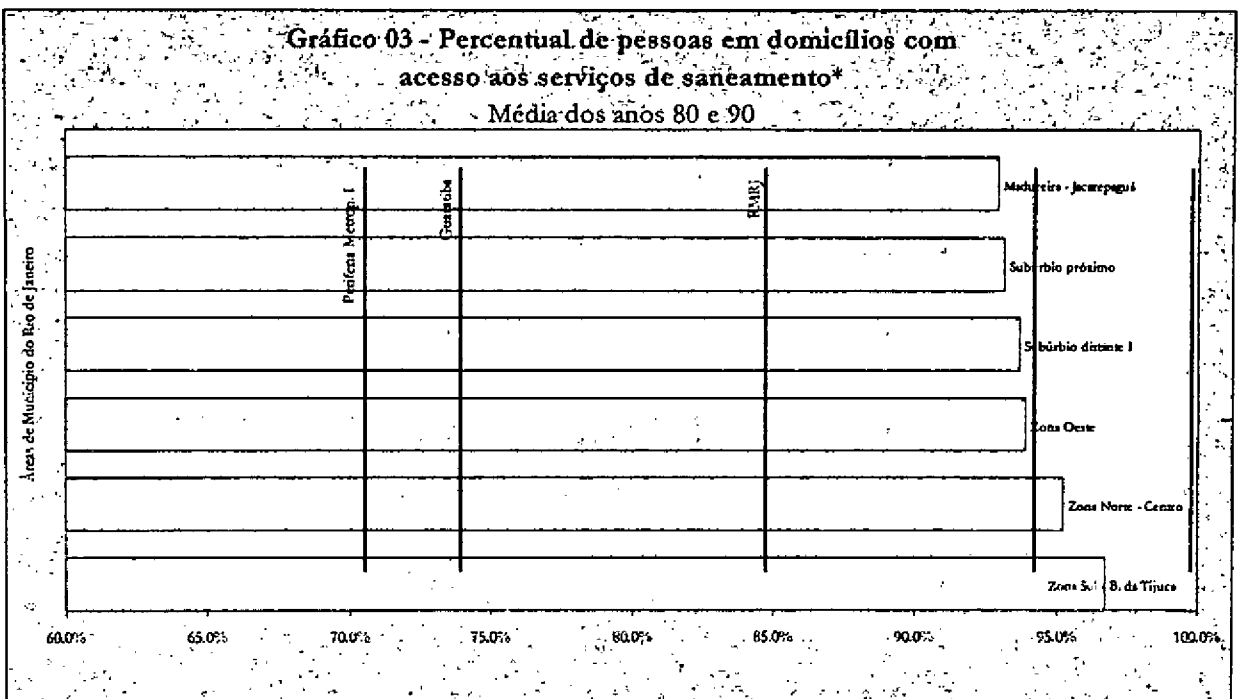
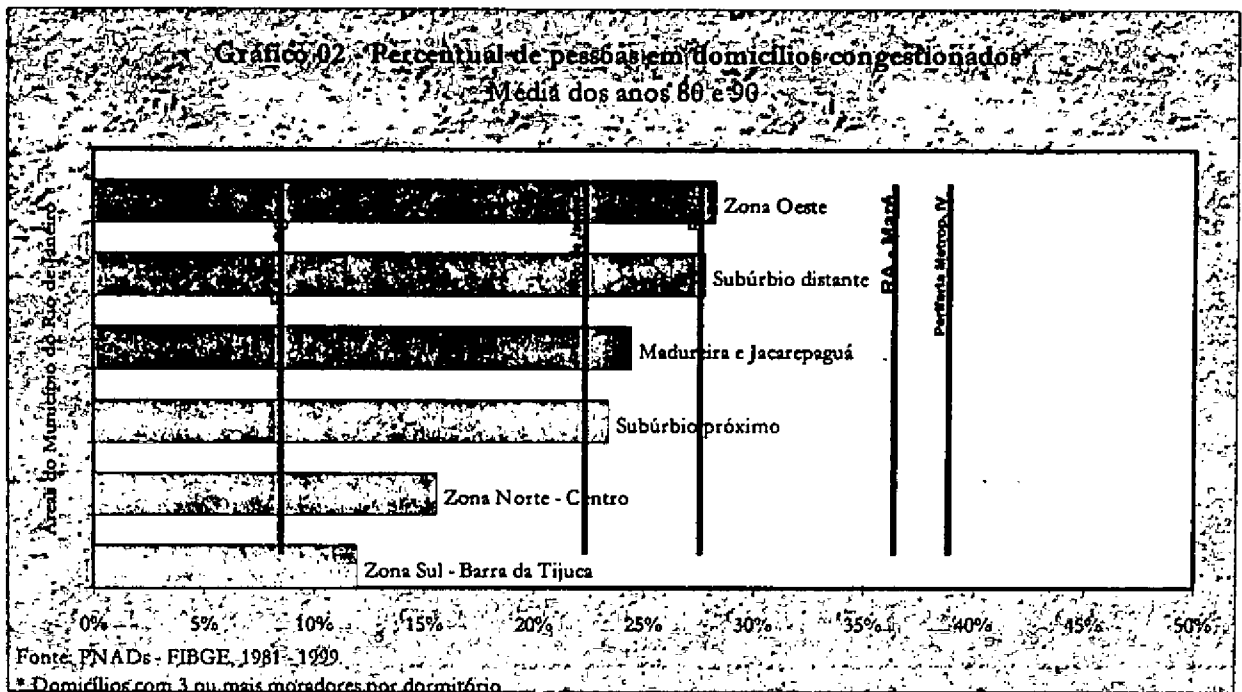
tende a restringir-se às áreas da cidade melhor servidas, o que resulta, mais uma vez, em encarecimento do solo urbano e, conseqüentemente, da moradia.

De forma esquemática, há Rio de Janeiro três segmentos de mercado imobiliário: o “infra-normal”, o “normal” e o “superior”. O primeiro é caracterizado por se organizar em razão da escassez absoluta de solo urbano e de crédito imobiliário. É formado pela expansão das periferias urbana e metropolitana, através das práticas dos loteamentos, em grande número clandestinos e irregulares, associados ao regime de autoconstrução da moradia. As favelas são também expressão deste submercado. As transações de compra e venda e aluguel nessas áreas tendem a ser de pouca monta, o que tem como conseqüência a forte tendência à formação de preços de monopólio, isto é, preços não regulados pela oferta de moradia.

O resultado é que os segmentos mais pobres devem arcar com altos preços relativos para ter acesso à moradia. Para escapar da escassez absoluta, aqueles que se encontram excluídos do mercado imobiliário buscam a autoprodução de suas moradias, o que somente é possível com a perda da qualidade da habitação e em áreas onde os preços da terra são muito baixos ou próximo de nulo (caso das invasões).

Os excluídos do mercado imobiliário somente têm acesso à moradia fora da cidade – isto é, fora da legalidade urbana e dos padrões mínimos de conforto –, ou em zonas fragilmente urbanizadas. Por estas razões, a tipologia arquitetônica predominante é a casa isolada. Encontramos ainda com freqüência pessoas vivendo em moradias próprias e com alta densidade de ocupação, conforme ilustram os gráficos 01, 02 e 03, a seguir:





Os gráficos evidenciam que quanto mais nos afastamos das áreas centrais da Cidade do Rio de Janeiro, onde estão concentrados os equipamentos e os serviços urbanos, maior a incidência de moradias próprias e mais congestionadas. A associação entre o acesso à propriedade imobiliária e a

perda da qualidade habitacional é um dos traços distintivos da dinâmica de organização das cidades brasileiras no período da industrialização.

O sub-mercado “normal” de habitação é constituído pela maior parte do que é ofertado na cidade. Nele prevalecem formas híbridas de produção, tais como a produção por encomenda, a construção de casas para aluguel, nos fundos dos terrenos dos próprios proprietários, a construção de pequenos conjuntos de casas para aluguel por micro empreendedores, etc. A demanda desse sub-mercado é formada pelos segmentos médios da estrutura social, portanto aqueles que têm capacidade de custear o aluguel. São as áreas intermediárias entre as periferias urbana e metropolitana e as áreas centrais que concentram grande parte desse sub-mercado, onde há certa homogeneidade do solo urbano em termos dos equipamentos e serviços.

Nestas porções da cidade a localização espacial da moradia não implica grandes diferenciações da qualidade de vida. Os preços da moradia tendem a variar em torno de um valor regulador, portanto com poucas variações. No sub-mercado normal predomina a mistura de casas isoladas e apartamentos. Encontra-se um grande número de pessoas vivendo em moradias de aluguel.

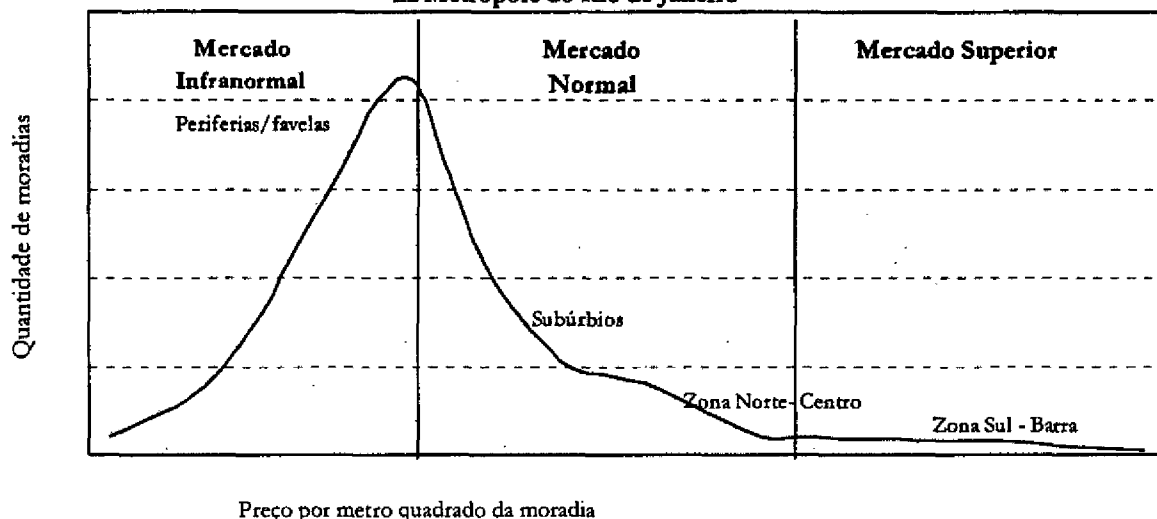
Já o terceiro segmento constitui o sub-mercado “superior” da cidade. Nele as moradias são produzidas de forma empresarial e estão localizadas nas áreas onde vigoram a escassez relativa do solo urbano. São as partes privilegiadas da cidade, que desfrutam acesso também privilegiado às amenidades naturais, em decorrência da proximidade da praia – fato altamente valorizado no modelo cultural predominante no Rio de Janeiro desde os anos 40.

Em consequência, são áreas únicas, cujos preços são superiores aos praticados do sub-mercado normal e altamente diferenciados internamente por efeitos de situações de micro-localização. No conjunto dos anos 80 e 90, a produção empresarial foi responsável por apenas 37% do total da produção de novas moradias na cidade. A produção de moradia se realiza sob o comando do capital de incorporação, cuja função é obter o terreno – por compra ou permuta e associação com o proprietário – e viabilizar técnica e financeiramente o empreendimento.

É o incorporador quem planeja e decide a operação, obtém o financiamento e organiza o processo construtivo e comercial, direta ou indiretamente. Assim, obtém ganhos de localização, cujo fundamento é a renda da terra obtida pela venda da escassez relativa do solo urbano. O incorporador torna-se, portanto, um dos principais agentes da estruturação do espaço da cidade, responsável pelas decisões que determinam o uso social do solo urbano. A lógica da incorporação é tanto mais relevante na explicação da dinâmica de organização da cidade quanto maior forem as desigualdades espaciais na distribuição dos equipamentos e dos serviços urbanos.

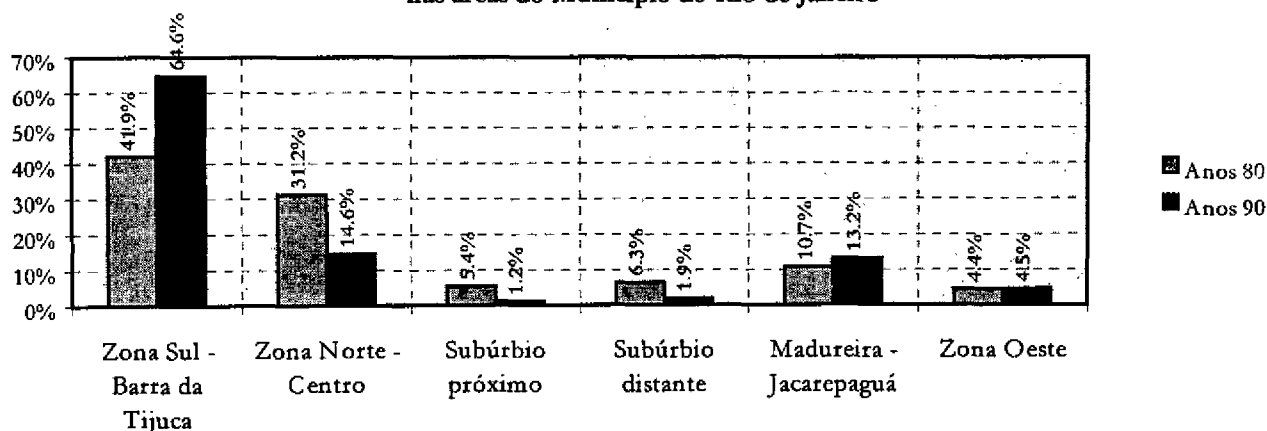
O gráfico abaixo é uma representação da segmentação do mercado na Metrópole do Rio de Janeiro.

**Gráfico 04 - Segmentação do mercado de moradia na Metrópole do Rio de Janeiro**



A importância do sub-mercado superior na estrutura de oferta de moradia, aliado ao fato da sua dinâmica fundar-se na lógica da incorporação imobiliária, tem importantes implicações na dinâmica de organização social do espaço da Cidade do Rio de Janeiro, descrita anteriormente. A primeira evidência destas constatações surge da análise da distribuição dos lançamentos imobiliários na cidade. O gráfico 05 mostra a concentração da incorporação imobiliária, tendo como referências as áreas da Cidade do Rio de Janeiro, definidas no item 1 deste capítulo.

**Gráfico 05 - Distribuição da produção empresarial de unidades residenciais nas áreas do Município do Rio de Janeiro**

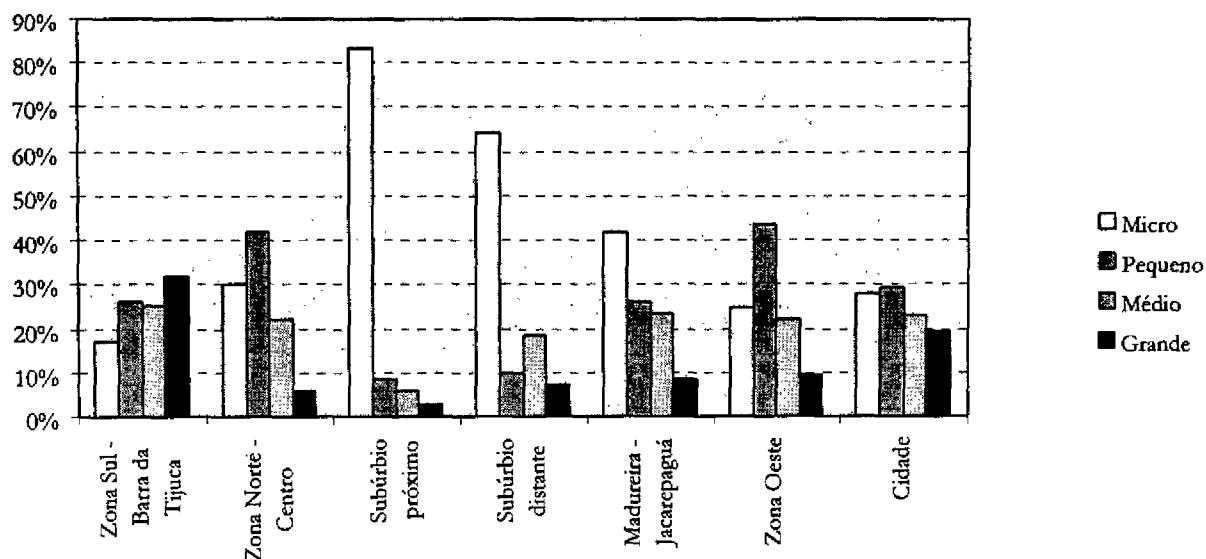


Fonte: Ademi, 1980 - 1998.

Nos anos 80, os bairros localizados na Zona Sul, Barra da Tijuca, Zona Norte e Centro concentraram cerca de 73% do volume dos empreendimentos lançados na cidade (em metros quadrados). Nos anos 90, a concentração espacial tornou-se ainda maior, pois somente na Barra da Tijuca foram localizados cerca de 50% dos empreendimentos imobiliários. Nesse período, apenas 11 bairros receberam cerca de 85% da totalidade da produção empresarial de unidades residenciais da cidade.

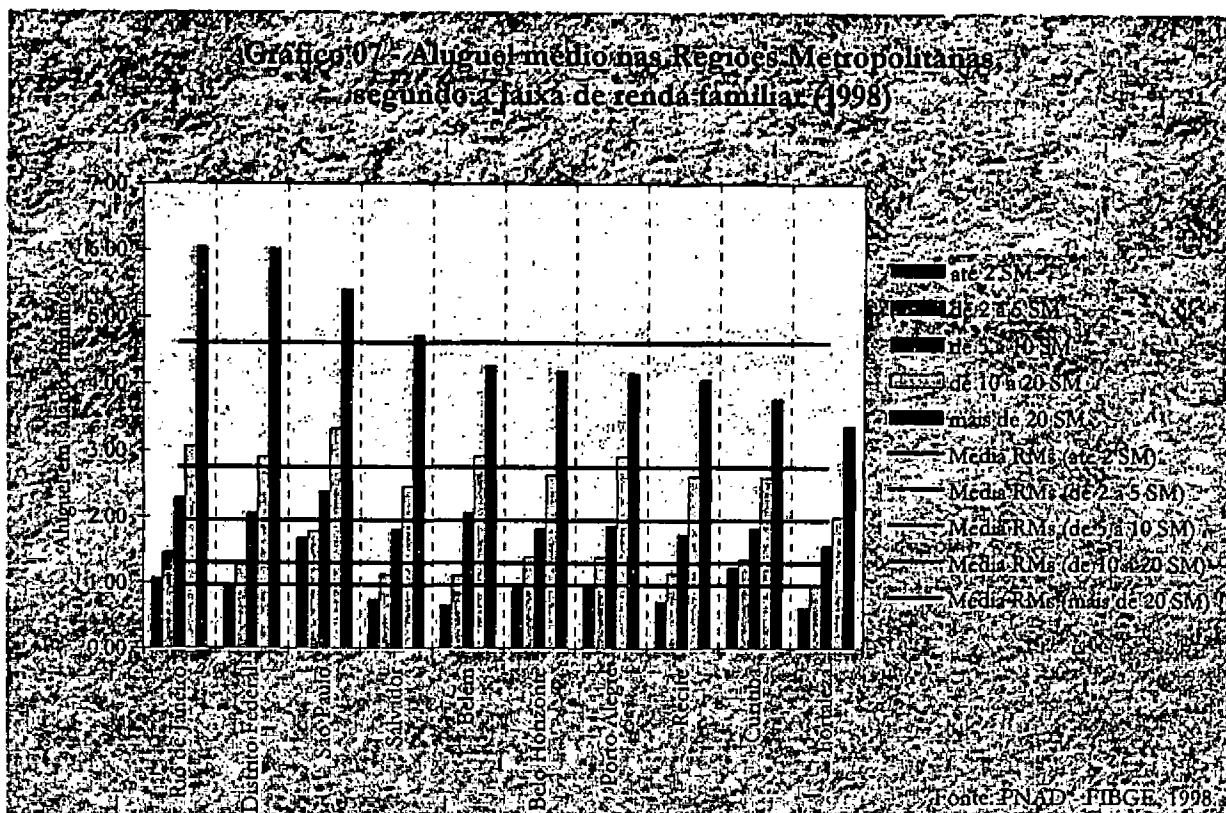
O sub-mercado superior é relativamente controlado pelos grandes e médios incorporadores, que nas décadas de 80 e 90 foram responsáveis por pouco mais de 55% da área lançada na Zona Sul e Barra da Tijuca. Na outras áreas da cidade, onde tende prevalecer o sub-mercado normal, a produção está distribuída entre pequenos e médios incorporadores.

**Gráfico 06 - Distribuição da produção empresarial de unidades residenciais, por tipo de incorporador, nas áreas do Município do Rio de Janeiro (1980/1998)**



Fonte: ADEMI, 1980 - 1998.

A predominância desta lógica traz altos custos sociais, na medida em que eleva os preços da moradia. Tomando o preço dos aluguéis como parâmetro, constata-se que para os moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que integram a faixa de maior renda (mais que 20 salários-mínimos) o preço da moradia é mais elevado do que o verificado nas outras metrópoles. Para as demais faixas de rendimento, os valores médios do aluguel são mais elevados do que as médias das demais metrópoles, como evidencia o gráfico a seguir.

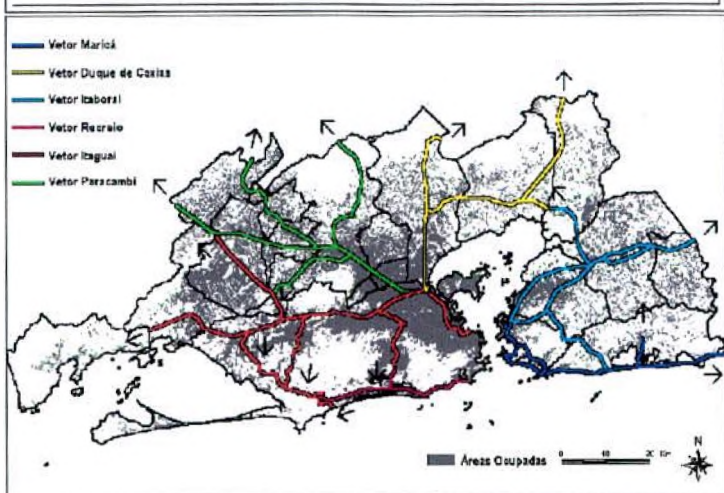


Em contrapartida, os proprietários das moradias localizadas no sub-mercado superior detêm um patrimônio imobiliário de alto valor, que aumenta na medida em que mantém-se a escassez relativa de solo urbano. A valorização imobiliária tende a ser maior do que a dívidas contraídas para a compra da moradia. Isso significa que os segmentos superiores da sociedade, que já integram as parcelas que se apropriam da maior parte da renda, se apropriam também de outra forma de riqueza – a renda da terra.

Tal fato poderia ser compensado caso impostos sobre a propriedade urbana fossem captados e destinados pelo poder público para financiamento dos investimentos urbanos que diminuíssem as desigualdades urbanas e, conseqüentemente, aumentassem a oferta de solo urbano. A efetivação de tal política, no entanto, está limitada pelas pressões da coalizão dos interesses imobiliários formados em torno da manutenção do modelo de organização sócio-espacial. Na disputa pelos investimentos urbanos, leva vantagem esta coalizão, já que trata não apenas do segmento mais rico da sociedade, mas também do mais poderoso.

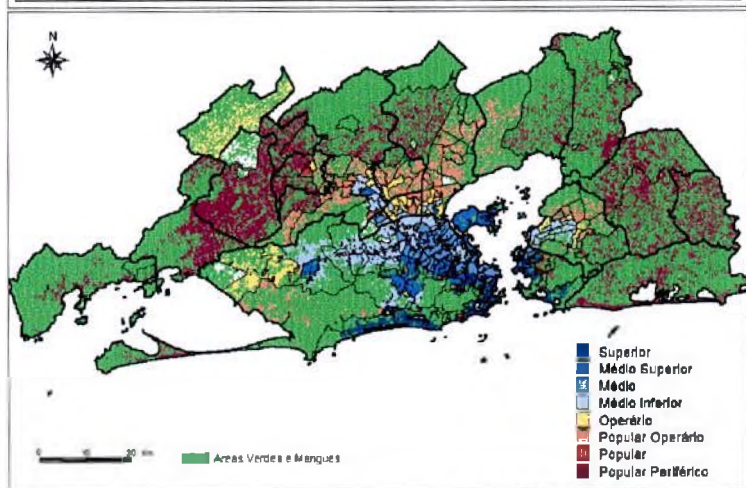
As desigualdades sociais na cidade do Rio de Janeiro, examinadas por este ângulo, não são apenas uma questão moral. A manutenção da ordem sócio-espacial organizada pelo mercado imobiliário implica a utilização dos escassos recursos disponíveis para investimentos na sua sustentação.

Mapa 01 : Vetores de Crescimento da Metrópole do Rio de Janeiro



Fonte: Departamento de Políticas Urbanas e Desenvolvimento Municipal - DPUC/PRU/FURJ, 2000.  
 Projeto de Pesquisa: "Cidades e Territórios: O Rio de Janeiro e suas Metrópoles".

Mapa 03 : Estrutura Socioespacial na Metrópole do Rio de Janeiro . 1991

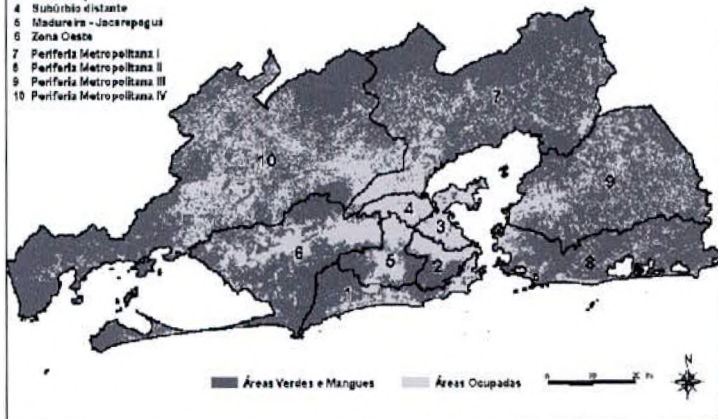


Fonte: Departamento de Políticas Urbanas e Desenvolvimento Municipal - DPUC/PRU/FURJ, 2000.  
 Projeto de Pesquisa: "Cidades e Territórios: O Rio de Janeiro e suas Metrópoles".



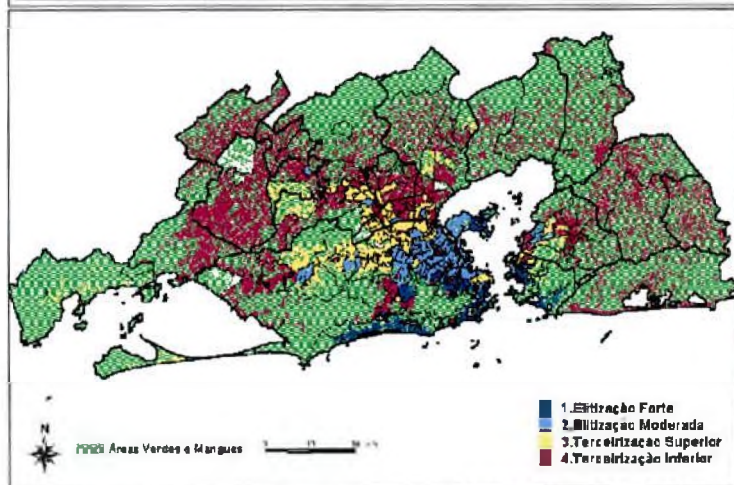
Mapa 02 : Áreas da Metrópole do Rio de Janeiro

- 1 Zona Sul - Barra da Tijuca
- 2 Zona Norte - Centro
- 3 Subúrbio próximo
- 4 Subúrbio distante
- 5 Madureira - Jacarepaguá
- 6 Zona Oeste
- 7 Periferia Metropolitana I
- 8 Periferia Metropolitana II
- 9 Periferia Metropolitana III
- 10 Periferia Metropolitana IV



Fonte: INE/C. Cartografia de Políticas Urbanas e Cidade Inteligível. INE/FAFURJ/2008. 228p. Disponível em: <http://www.ine.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010.

Mapa 04 : Evolução da Estrutura Socioespacial na Metrópole do Rio de Janeiro, 1980/1991



Fonte: INE/C. Cartografia de Políticas Urbanas e Cidade Inteligível. INE/FAFURJ/2008. 228p. Disponível em: <http://www.ine.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010.